

PODER MONÁRQUICO E RELAÇÕES DE NEGOCIAÇÃO NO *POEMA DE MIO CID*: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DO PODER EM UM TEXTO LITERÁRIO NO MEDIEVO IBÉRICO (SÉCULO XIII)

Lívia Maria Albuquerque Couto

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Sergipe
Integrante do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades
Senhoriais

E-mail: couto.livia@gmail.com

Resumo: O presente artigo surge com o intuito de apresentar as primeiras análises acerca das relações de negociação no reinado de Alfonso VIII (1158-1214), utilizando o *Poema de Mio Cid*. Apesar do documento literário tratar do século XI, seu período de produção e transmissão foi o século XIII, logo, discutiremos as relações sociais e de poder as quais estavam inseridas a sociedade castelhana deste século. Embasados no conceito de Representação de Roger Chartier (1991), justificamos o manejo de dois contextos afastados, mas que se complementarão em nossa pesquisa, porque ambos mantiveram aspectos em comum que precisamos levar em consideração. Desse modo, o documento pode ser utilizado como testemunho histórico, visto que nos possibilita uma ideia não do período em que viveram os personagens, mas a representação dada pelo autor a eles.

Palavras-Chave: Relações Sociais e de Poder; Idade Média Ibérica; Poema de Mio Cid.

**PODER MONÁRQUICO Y RELACIONES DE NEGOCIACIÓN EN EL POEMA
DE MIO CID: SUBSIDIOS PARA UN ANÁLISIS DEL PODER EN UN TEXTO
LITERARIO EN EL MEDIEVO IBÉRICO (SÍCULO XIII)**

Livia Maria Albuquerque Couto

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Sergipe
Integrante do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades
Senhoriais

E-mail: couto.livia@gmail.com

Resumen: El presente artículo surge con el propósito de presentar los primeros análisis acerca de las relaciones de negociación en el reinado de Alfonso VIII (1158-1214), utilizando el Poema de Mio Cid. A pesar del documento literario tratar del siglo XI, su período de producción y transmisión fue el siglo XIII, luego discutiremos las relaciones sociales y de poder a las que estaban insertas la sociedad castellana de este siglo. En el concepto de representación de Roger Chartier (1991), justificamos el manejo de dos contextos alejados, pero que se complementarán en nuestra investigación, porque ambos mantuvieron aspectos en común que necesitamos tener en cuenta. De este modo, el documento puede ser utilizado como testimonio histórico, ya que nos posibilita una idea no del período en que vivieron los personajes, sino la representación dada por el autor a ellos.

Palabras clave: Relaciones Sociales y de Poder; Edad Media Ibérica; Poema de Mio Cid.

Partindo do pressuposto de que desde a década de 1950 os estudos da teoria literária influenciam a reflexão histórica, as principais contribuições advindas destas áreas do conhecimento alertam para a falta de correspondência direta entre texto, autoria e contexto. E destacam que os textos possuem leis próprias de estruturação e construção; sublinham que não existem sentidos naturais ou verdades atemporais e universais (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

A partir destas contestações, tornou-se evidente que o trabalho do historiador, ao reconstruir o passado, é uma tarefa muito mais complexa do que ler e interpretar os documentos. Faz-se necessário analisá-los, considerando as particularidades formais dos textos e os processos de produção de sentido.

Silva demonstra que na análise dos discursos em história há que se levar em conta as particularidades do enunciado selecionado e as regras que o constituí, ou seja, o seu sistema abstrato de organização; os elementos extralinguísticos à enunciação; e por fim, a sua recepção, circulação e transmissão. É importante destacar que estamos cientes que os documentos por si sós não são capazes de nos fazer reviver o que passou, mas estamos certos de que eles, como materializações discursivas, permitem uma aproximação com o passado (COSTA, 1994).

Assim, a aposta biográfica, segundo Sabina Loriga (1998), pode constituir um importante viés para a interpretação dos fenômenos macro, a partir de uma perspectiva que obriga a uma reinterpretação das tradições herdadas da análise. Se são inquestionáveis as contribuições da Linguística e Literatura para os estudos históricos, também os são as Biografias que durante longo tempo não eram aceitas no campo da pesquisa histórica. Contudo, o deslocamento do foco de análise das estruturas macrossociais para as experiências vividas pelos atores históricos, a trajetória biográfica pode encontrar um lugar legítimo na reflexão dos historiadores.

Nesse sentido, através de uma analogia e embasados no contexto de representação de Roger Chartier (1991), utilizaremos o *Poema de Mio Cid*¹ com o intuito de analisar o

¹ O texto está dividido em três núcleos narrativos: *Cantar del destierro* (Cantar I), *Cantar de las bodas* (Cantar II) e *Cantar de la afrenta de Corpes* (Cantar III). O primeiro começa com *El Cid* partindo para o exílio, juntamente com o seu séquito, por ordem de Afonso VI. O segundo retrata suas campanhas na região do Levante e a conquista de Valência e se encerra com as bodas de suas filhas com os *infantes* de Carrión. O terceiro cantar trata da restituição moral e financeira do *Cid*, já que suas filhas foram ultrajadas

período do reinado de Alfonso VIII. Para tal, nos valeremos de alguns conceitos com o objetivo de promover uma discussão teórico-conceitual em confronto com os vestígios concretos de nossa pesquisa.

A motivação e as circunstâncias para a construção de uma biografia ou autobiografia, para Loriga (1998), parecem ser tão ou mais esclarecedoras do que o próprio relato produzido. Através disso, entendemos a nossa fonte literária como um produto de intelecto que tinha como função construir um manual destinado a sociedade castelhana. Segundo Eagleton (1991), para se “chegar” as ideologias torna-se necessário fazer uma análise científica do texto literário, buscando o texto não como um reflexo das ideologias, mas como um produtor de ideologias e a partir disso é que se poderia “chegar a história”.

Este autor também aborda a importância da relação entre ideologia e discurso, já que “a ideologia é antes uma questão de ‘discurso’ que de linguagem – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal” (EAGLETON, 1991: 194). Ainda segundo este, havia uma dupla determinação da Ideologia: primeiro, a perspectiva que o estudo da ideologia tenta resgatar as condições em que as ideais foram produzidas; segundo, demonstrar como as ideologias são discursos que se relacionam com o poder. Eagleton (1994) ao desenvolver uma ideia crítica na literatura, tanto em seus métodos como em seus objetos de estudo, propõe uma visão crítica da sociedade e de seus objetos culturais como forma de intervir na realidade.

Dessa forma, ao atribuir a autoria do *Poema* ao clérigo poeta Per Abbat, entendemos que havia por trás de seu discurso uma Instituição Eclesiástica que estava de acordo com os ideais da Monarquia. Logo, a ideologia que predominava na época com o intuito de “controlar” a população. Sendo que, através do *Poema* atribuía modelos comportamentais, como por exemplo, o ideal do cavaleiro a ser seguido inspirado no *El Cid*.

O protagonista do documento era um herói por excelência, descrito sempre como “buen vassalo!”, aquele que “em buen ora çinxieste espada!”, “el que en buen ora nasco”, etc (PMC, 2008: 145, 146 e 234). Mas acima de tudo, Per Abbat o constrói como um

pelos *infantes* de Cárrion, por motivo de vingança. O *Poema* se encerra com *El Cid* atingindo todos os seus objetivos e tendo uma morte tranquila como governante de Valência. Os três cantares demonstram a gradual ascensão heroica de Rodrigo Díaz.

cristão modelar, sem pecados, disposto a tudo para defender o cristianismo dos mouros e os interesses da Igreja e, ainda, daquele que o desterrou, seu senhor Afonso VI.

Sua masculinidade é afirmada no mesmo peso e medida que seu exemplo de cristão/cavaleiro. Retratado como extremamente violento: “quinze moros matava de los que alcançava” (PMC, 2008: 162). No entanto, sem perder a justiça e sendo, por vezes, considerado até mesmo amável e justo, não só com seus cavaleiros, como também, com os mouros com quem ele fazia alianças. Porém, também cometia atos de trapaça, o que não é visto pelo clérigo-poeta como uma característica desonrosa.

Para Berstein (1998), o objetivo da cultura política “constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998: 300). Assim, para este autor a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e valores que determinavam a representação que uma sociedade faz de si mesma.

Entendemos a cultura política como um dos elementos da cultura de uma dada sociedade que diz respeito aos fenômenos políticos que permitem analisar as razões de atos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenômenos. Dessa maneira, os estudos antropológicos e políticos partilham, muitas vezes, seus objetos, o que possibilita um diálogo entre essas tradições de pesquisa social. Segundo Leandro Carneiro: “a ideia de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais, de um modo geral, é um dos temas fundamentais da antropologia que tem-se dedicado às análises sobre a política” (CARNEIRO, 199: 239).

Como Gabriel Almond e Sidney Verba deixaram claro, as análises de cultura política são campos privilegiados para determinar as conexões entre as dimensões micro e macro da política, pois têm como meta justamente compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente a política institucional (ALMOND; VERBA, 1989). Desse modo, entendemos que os representantes do monarca atuavam na criação de uma cultura política com o objetivo de influenciar a criação de uma identidade². Assim, moldar a sociedade, segundo suas concepções políticas e sociais. Visto que, o documento se trata de um poema épico ou, ainda, pode ser classificado

² O papel que a Igreja desempenhava na sociedade medieval, como um todo, é indiscutível, desde o âmbito político até o cultural e isso não foi diferente no território castelhano do século XIII (ALVARO, 2008).

como “literatura de corte (ou cortês)”, com intuito de exaltar um famoso personagem da região de Burgos que viveu num período conflituoso. Assim, ligado à questão da educação cortês, da diversão nas Cortes, visando rememorar os feitos guerreiros do lendário Rodrigo Díaz (FLETCHER, 2002).

Todavia, a investigação antropológica da política deve se concentrar não no isolamento de temas e fenômenos, mas no seu entrelaçamento e na multiplicidade de questões envolvidas. Como, por exemplo, a organização do poder fora do Estado. Fato que podemos observar ao analisar o interesse da aristocracia castelhana. Pois, mesmo se o século XIII trouxe uma maior consolidação das monarquias, e se este processo veio acompanhado de tentativas de construir um sistema administrativo mais centrado na figura do soberano, não foi o suficiente para alterar as relações de propriedade no Ocidente europeu. Tanto os lordes quanto o governo citadino continuaram a ameaçar a autoridade das realezas com sua administração e jurisdição independente (WOOD, 2008).

Ao analisar o contexto de Alfonso VIII frente a sociedade castelhana do século XIII percebemos que ele possuía autoridade legítima, já que a monarquia hispânica outorgava o direito de comando ancorada na tradição, em que a noção de linhagem e mérito eram atributos da herança (RUCQUOI, 1995). Logo, o monarca era reconhecido e aceito por seus súditos.

Mario Stoppino (1986) demonstra como, “a autoridade, tal como a temos entendido até aqui como poder estável, continuativo no tempo, que os subordinados prestam, pelo menos dentro de certos limites, uma obediência incondicional, constitui um dos fenômenos sociais mais difusos e relevantes que pode encontrar o cientista social” (STOPPINO, 1986: 89). Destacaremos a respeito da “obediência dos súditos até certos limites”. Segundo Ignacio Álvarez (2008), a atuação do monarca se caracterizava por uma política de alianças com a aristocracia e os eclesiásticos, baseada em uma série de acordos e concessões.

Nesse contexto, a partir do momento em que existem indivíduos/grupos que são induzidos a comportarem-se tal como um indivíduo deseja, entendemos que o monarca o exerce, por meio de instrumentos ou de coisas. No caso específico da aristocracia, o interesse por senhorios. Assim, o poder de Alfonso VIII era efetivamente exercido, visto que sua autoridade era mantida, a partir de uma relação de interesse. Apesar de que

poderia utilizar meios coercitivos para exercer seu poder, visto que, seu cargo lhe permitia isso. Mas ele preferia manter uma relação de negociação com esta aristocracia com o intuito de preservar as relações de dependência e fidelidade.

Interessante destacar, como afirmava Foucault (1987), a existência de “micropoderes”, no sentido de que necessariamente não são ligados ao Estado, isto é, que nem sempre são políticos. Percebemos isso na sociedade castelhana do século XIII ao analisar o funcionamento dos senhorios, por exemplo. Nas relações baseadas na feudalidade, na qual um vassalo poderia servir a mais de um senhor (BASCHET, 2006). Assim, a aristocracia estaria inserida numa “horizontalidade” de poder, visto que, apesar de estar inserida numa “verticalidade” e estar abaixo do monarca, ela era detentora do poder em seus senhorios (ALVARO, 2013).

Ao analisarmos nossa principal fonte, percebemos que durante o período de desterro, *El Cid* desencadeou diversas empreitadas militares, extorquindo *parias* das *taifas* do leste da península e lutando como mercenário a serviço dos muçulmanos. Fato que desagradou seu senhor, Alfonso VI. Apesar disso, quando Rodrigo Díaz conquistou a região de Valência o monarca permitiu que o *Cid* governasse a região, desde que lhe jurando lealdade. Ele participou de um ritual de adubamento, onde beijava a mão de Alfonso VI e lhe jurava fidelidade. Assim, seu exílio acabava definitivamente e o monarca recebia de volta o *Cid*, juntamente com a região de Valência. (PMC, 2008: 256). Onde o mesmo ficou, aproximadamente, por cinco anos, de 1094 até sua morte em 1099.

Todavia o conjunto destas relações sociais da aristocracia, no século XIII, não se resumia apenas a um vínculo vertical entre senhores e camponeses. Havia relações contratuais entre os próprios aristocratas. Estes laços geralmente impunham a prestação de um tipo de serviço – o mais comum era o de natureza militar – em troca de sustento material. Segundo Wood (2008), a multiplicação destes laços ocorreu em um contexto bem específico da dinâmica das forças políticas no ocidente, marcando bastante aquela sociedade como uma de suas características principais.

Essa divisão do poder político nas mãos dos senhores de terra permitiu que eles se apropriassem de uma parcela do poder. Neste contexto, a autoridade exclusiva do monarca, que deveria representar o poder central, mantinha-se frequentemente em choque com as lideranças locais, mostrando-nos uma das principais características da

instituição régia no Ocidente Medieval, que era sua relação de tensão com os poderes senhoriais. O desenvolvimento dessas relações demonstra como duas forças legítimas desenvolveram mecanismos de coexistência entre elas, baseados na negociação. Percebemos isso no Poema, no sentido de que mesmo exilado, o *Cid* não estava apartado do convívio com o rei. Inclusive, recebeu missões de relevância. Nesse sentido, percebemos como a guerra, além de cumprir sua função econômica, também fazia parte do jogo político medieval (MINGUEZ, 1994).

Assim como Cardoso (1997), consideremos o poder mais do que um instrumento de coerção, este e a política precisam ser encarados na sua condição de relações sociais. Neste nível, essas relações políticas ou de poder também não se resumiriam à simples dominação de um grupo sob outro. Ao invés disso, corresponderiam a trocas mútuas entre os agentes envolvidos. Em outras palavras, a negociação seria o principal veículo de divulgação da política e do poder, sendo os mecanismos de força reservados aos casos excepcionais.

Dois pesquisadores do medievo ao analisarem a monarquia demonstraram como a personificação do poder na figura do rei foi acompanhada, paralelamente, da criação de toda uma mística de natureza política e religiosa que envolvia a figura régia (KANTOROWICZ, 1998). O cerimonial que consagrava o governante não se tratava de um mero reconhecimento de um fato consumado. O rei recebia seu título e sua dignidade mais como uma herança legada por seus ancestrais do que em função de uma cerimônia religiosa específica (BLOCH, 1999).

Ao ponderarmos o *Poema* através de uma análise sincrônica e diacrônica³, visto que, com esta técnica, os documentos são analisados à luz de seu contexto literário em perspectiva sincrônica, ou seja, dos textos que lhe são contemporâneos. Dessa forma, entendemos a importância dos conceitos de Memória e Identidade nessa análise. Porque através da reconstrução e recuperação histórico-memorialística por meio das biografias é importante nos determos sobre a noção de memória. Pois, se torna necessário compreender as configurações com que a memória se estabeleceu e vem se

³ É aplicável, sobretudo, a textos que seguem formas fixas de organização, como documentos notariais e poemas, ou que apresentam o mesmo conteúdo narrativo, já que permite apontar as continuidades e as rupturas. O uso desta técnica demanda que um dado documento seja confrontado a outros que lhe são anteriores ou contemporâneos.

estabelecendo como fonte e repositório de sentidos na tentativa de compreensão do passado e reconstituição dos elos de identificação e construção identitária.

Entendemos a memória coletiva como o resultado da permanente negociação entre memória e o imaginário individual e as percepções construídas coletivamente (HALBWACHS, 2006). Sendo assim, a memória pode ser compreendida como sendo muito mais do que uma prática de recuperar no tempo as informações e circunstâncias, mas sim o modo como no presente enquadramos o que nos antecedeu. Segundo Bruck: “destacar que, na prática biográfica contemporânea, as narrativas biográficas parecem adquirir aspectos que transcendem a exclusiva revelação de um perfil/época/trajetória e despontam como sintoma, de natureza retórica, de complexos processos culturais na contemporaneidade da tentativa de compreender e desvelar o mundo” (BRUCK, 2009: 29). Nesse sentido, a produção intelectual que temos como fonte para desenvolver a problemática de nossa pesquisa guarda um discurso político que precisa ser analisado frente ao contexto político-social de seu momento de produção.

Assim, a memória pode ser compreendida como a evocação de um passado ao qual se testemunhou ou não, direta e presencialmente. É, a princípio, o exercício da capacidade humana de reter e tentar preservar o tempo já ido, com o intuito de evitar que se perca definitivamente (HALBWACHS, 2006). Se na literatura Marcel Proust, como outros escritores, percebeu a memória como forma de garantir a própria identidade, a História também preza essa essencialidade da memória para a compreensão de uma determinada sociedade (BRUCK, 2009).

Ao analisarmos o conceito de representação inferido por Chartier (1991) percebemos a existência de dois sentidos para este conceito. O primeiro guardaria um “laço” com a realidade; já o segundo, criaria a realidade. Enfatizamos isso, pois em nossa fonte utilizamos ambos os conceitos. O primeiro, quando relacionado, ao fato de que a relação de negociação existe em ambos os contextos, tanto o narrado no *Poema*, como no período em que ele foi produzido, seria, “a relação de uma imagem presente e um objeto ausente”. E o segundo, quando construímos a realidade do reinado de Alfonso VIII no *Poema*, ou seja, “fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exige” (CHARTIER, 1991: 185).

Por fim, enfatizamos como os confrontos políticos ocorridos na Península Ibérica eram intimamente dependentes das práticas sociais correntes entre a aristocracia e monarquia.

E podemos observar claramente este contexto ao analisar o reinado de Alfonso VIII, frente ao *Poema de Mio Cid*. Já que no interior do aparato estatal castelhano-leonês esse conflito apresentou-se sob forma do descontentamento por parte da aristocracia para com o rei. Nesse sentido, o *Cid* seria exemplo desta situação, tratado como uma ameaça à preservação da ordem acabou sendo exilado⁴.

Desse modo, percebemos como foi idealizado um papel que Rodrigo Díaz encarnou fielmente, servindo como um paradigma para outros nobres que viveram ouvindo as narrativas de seus valorosos feitos militares, de sua incansável resistência à adversidade, da sua fidelidade ao seu monarca e da sua preocupação com o bem-estar familiar. Nesse sentido, destacaremos também em nossas análises as táticas utilizadas pelo poder monárquico através das relações de negociação inseridas no *Poema* em que aprofundaremos no decorrer de nossa pesquisa.

Referências bibliográficas

Documentos medievais impressos

ANÔNIMO. *Poema de Mio Cid*. Edición de Alberto Montaner Frutos. Madrid: Critica, 2003.

ANÔNIMO. *Poema de Mio Cid*. Edición de Colin Smith. 22 ed. Madrid: Catedra, 2008.

ANÔNIMO. *Poema de Mio Cid*. Texto antiguo preparado por Ramón Menéndez Pidal, seguido de prosificación moderna por Alfonso Reyes. Madrid: Espasa-Calpe, 1948.

PIÑERO VALVERDE, María de la Concepción. *O Poema de Mio Cid: subsídios para uma tradução brasileira*. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand3/miocid.htm>
Último Acesso: 01/08/2017 .

Demais fontes citadas

ÁLVAREZ, Ignacio Borge. *Cambios y alianzas: la política regia em la frontera del Ebro en el reinado de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214)*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Biblioteca de Historia nº 66, 2008. 520p.

⁴ Expulso injustamente, o Cid procuraria formas de agradar e reconquistar a confiança de seu Senhor. Logo, como um bom-cristão e vassalo, representou a figura idealizada, tanto pela Igreja Medieval, quanto pela Monarquia.

MORSEL, Joseph. *La Aristocracia Medieval: la dominación social em Occidente (siglos V-XV)*. Trad. Fermín Miranda. Universitat de València, 2008.

SOUZA JUNIOR, Almir Marques de. *Teoria política e poder régio em Castela (1252-1284)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2014.

Obras de caráter teórico-metodológico:

ALMOND, G. & VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York : Sage. 1989.

ALVARO, Bruno Gonçalves. *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Tese (doutorado) – UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2013, 280 f.

BERSTEIN, Serge. A cultura política In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, v. 13, n. 24 (1999).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, 1991.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: UNESP, 1991.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FOUCAULT, Michel. O panoptismo. In: *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 167-182.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 225-249.

STOPPINO, Mario. Autoridade e Poder. In BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, DF: EdUnb, 1986, pp.88-94 e pp.933-943.

a) Bibliografia de apoio:

ALVARO, Bruno Gonçalves. *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BASCHE, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1998.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRUCK, Mozahir Salomão. *Biografias e literatura: entre a ilusão biográfica e a crença na reposição do real*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

COSTA, E. Z. Sobre o Acontecimento discursivo. In: SWAIN, T. N. (Org.) *História no plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

DUBY, Georges. *A Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

FLETCHER, Richard. *Em Busca de El Cid*. São Paulo: Unesp, 2002.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MINGUEZ, José Maria. *Las sociedades feudales*. Madrid: Nerea, 1994.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa. Editora Presença, 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. *Citizens to Lords: a social history of western political thought from antiquity to the middle age*. London: Verso, 2008.